



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA E PERÍCIA
CONTÁBIL**

MÓDULO AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL

AUDITORIA CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO

PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL - PROF. PAULO CÉSAR
MONTANHEIRO

ESTUDANTES:

Gislene Lemes Diniz, RA 1012022100130

Melissa Ciuffa Pella, RA 1012022100109

Tamiris Santamarina Moretto, RA 1012022100106

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	5
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL	5
2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	5
2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	6
2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	7
2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL	7
2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL	7
2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL	8
2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS	9
2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS	9
2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	9
3. CONCLUSÃO	11
REFERÊNCIAS	12
ANEXOS	13
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	14

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do projeto é desenvolver os estudos realizados pelos membros da equipe relacionados a estruturas e relatórios utilizados pela auditoria contábil e pela perícia contábil.

Os relatórios de auditoria e perícia são necessários para manter uma empresa correta, isso significa que a organização coloca seus procedimentos e registros a serviço de um auditor ou perito, garantindo assim a eficiência dos negócios.

Um dos seus benefícios internos é a elevação da confiança das pessoas com quem trabalha e das instituições governamentais. Esses tipos de relatórios ajudam a desenvolver quaisquer problemas internos, proporcionando uma maior segurança nas tomadas de decisões.

O objetivo dos relatórios de auditoria e perícia contábil é examinar com profundidade todos os documentos financeiros e fiscais, a fim de aferir a precisão dessas informações e se estão seguindo os padrões, regras determinadas pelos órgãos regulamentadores e se estão em conformidade com a lei.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

A empresa em estudo, tem como sistema de controle interno o ERP – Planejamento de Recursos Empresariais.

O planejamento de recursos empresariais (ERP) é um sistema de software que ajuda você a administrar toda a empresa, oferecendo suporte à automação e aos processos de finanças, recursos humanos, produção, cadeia de suprimentos, serviços, procurement e muito mais. Em seu nível mais básico, o ERP ajuda a gerenciar eficientemente todos esses processos em um sistema integrado. Ele costuma ser chamado de sistema de registro da organização.

O setor de finanças exige um ERP para rapidez no fechamento dos livros. O departamento de vendas precisa do ERP para gestão de todas as ordens do cliente. A área de logística depende de um software ERP bem executado para fornecer aos clientes os produtos e serviços certos dentro do prazo. O departamento de contas a pagar precisa do ERP para pagar os fornecedores corretamente e dentro do prazo. A gerência precisa de visibilidade instantânea do desempenho da empresa para tomar decisões acertadas. E os bancos e acionistas exigem registros financeiros precisos, por isso contam com dados e análises confiáveis viabilizados pelo sistema ERP.

É necessário que a maioria dos dados de uma organização resida no sistema ERP para fornecer uma única fonte da verdade a toda a empresa.

2.1.1 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

As normas de auditoria geralmente aceitas, requerem um procedimento crítico, adequado estudo e avaliação do sistema de controle interno. Isto vai determinar a extensão dos procedimentos a serem aplicados pela segurança da emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

GERAL: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. Os lançamentos contábeis são adequadamente documentados, aprovados e registrados corretamente e sem atraso.

Explique: SIM, os lançamentos contábeis são documentados, aprovados e registrados através de formulários redigidos pela empresa e pelo sistema ERP.

b. são levantados balancetes periódicos de todas as razões e registros originais.

Explique: Periodicamente é realizada auditoria em todo o grupo, para averiguar os balancetes, utilizando as demonstrações financeiras através dos sistemas disponíveis.

c. A empresa está adequadamente protegida contra prejuízos provenientes de sinistros, desfalques e outras irregularidades.

Explique: Sim, a empresa está protegida através de regulamentos e normas dispostos ao grupo.

COMPRAS E PAGAMENTOS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. As mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis.

Explique: Sim, o módulo de sourcing e procurement ajuda as empresas a adquirir os materiais e os serviços necessários para fabricar seus produtos. O módulo centraliza e automatiza o processo de compras, incluindo solicitações de cotações, criação de contratos e aprovações. Ele pode minimizar a insuficiência e o excesso nas compras, melhorar as negociações com fornecedores, por meio de funções analíticas baseadas em IA, e até conectar-se perfeitamente às redes de compradores.

b. As compras são pronta e corretamente contabilizadas.

Explique: Sim. O sistema centraliza as ordens de compras e as redireciona ao setor responsável onde colocará em prática a compra e a contabilização da mesma. Recebimento – Balança / Recebimento – Fiscal Efetuado / Envio de notas operacional de mercadorias / Conferência no sistema das notas fiscais e livro fiscal, relatórios do contas a pagar.

c. Os passivos incorridos são contabilizados pelo valor correto.

Explique: Os passivos incorridos são apurados no resultado do período em que é ocorrido, independentemente do recebimento ou pagamento.

d. Os pagamentos são feitos por valores corretos, por mercadorias e serviços recebidos pela empresa.

Explique: Após a compra dos insumos necessários, os pagamentos são efetuados por valores corretos mensurados no sistema ERP. Os pagamentos só são efetuados após a cotação e confirmação da compra por parte do fornecedor.

e. Os pagamentos são contabilizados pronta e corretamente.

Explique: Sim, no sistema há um campo de ordem de pagamento “contas a pagar”, onde pode ser agendado todo pagamento que a empresa deverá efetuar dentro do período, e após a efetuação ele é contabilizado corretamente se direcionando ao fornecedor que foi efetuado o pagamento e período.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Caso haja perda dentro do prazo razoável a empresa entrará em contato com o fornecedor para ser ressarcida da perda ou desfalque ocorrido, e agendar um novo prazo de entrega, sendo de direito desconto na próxima compra ou cancelamento da mesma pelo fato da irregularidade.

FOLHA DE PAGAMENTO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que;

a. Os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados.

Explique: Sim, Via sistema é computado total de horas trabalhadas, horas extras realizadas, faltas executadas, e atribuído ao valor final do pagamento. Entretanto, o

profissional do setor de recursos humanos confere minuciosamente a folha antes de efetuarem o pagamento.

b. As folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados.

Explique: Sim. O ERP inclui um módulo de RH que fornece recursos essenciais, como pontualidade, presença e folha de pagamento.

ESTOQUES: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. As quantidades de estoque são corretamente apuradas e representam produtos e materiais que pertencem à empresa.

Explique: Sim, mensalmente é realizado inventário: MP/PA/PE/BEM/ISN.

b. Os estoques são corretamente compilados, valorizados e lançados nas contas.

Explique: Sim, o sistema compila as informações do estoque desde a entrada (MP) até a saída (PA).

c. Os estoques são adequadamente protegidos e segurados.

Explique: Sim, fisicamente o estoque é protegido através de barracões fechados, e via sistema através dos softwares contra vírus e hackers.

d. Os estoques são levantados somente para fins internos da empresa e são prontamente contabilizados.

Explique: Fins internos e externos. Internos para contabilizarem matéria prima disponível para realizarem pedidos de compra e externos em questões de auditorias, e são contabilizados mensalmente.

e. Itens em excesso, de pouca movimentação, obsoletos e defeituosos são identificados periodicamente, sendo as contas ajustadas ao valor líquido realizável.

Explique: Sim, são identificados mensalmente na contagem de estoque.

VENDAS, CONTAS A RECEBER E COBRANÇAS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os compromissos de vendas são feitos em condições aceitáveis para a empresa.

Explique: O módulo de vendas rastreia as comunicações com clientes potenciais e clientes – e ajuda os representantes a usar insights baseados em dados para aumentar as vendas e alcançar leads com as oportunidades certas de promoções e upsell.

b. As mercadorias despachadas são prontamente faturadas e contabilizadas pelo valor correto.

Explique: Sim, as mercadorias são faturadas e contabilizadas no momento do despacho.

c. Os saldos individuais, a receber de fregueses, são mostrados pelo valor real devido à empresa.

Explique: Sim, no sistema ERP existe um campo denominado como “clientes”. Nesse campo é registrado todos os dados da empresa do cliente, quais foram as compras realizadas no período, e o valor a pagar. Cada compra é mostrada de forma real, no sistema, onde quando efetuada já é gerado nota fiscal e emissão de pagamento.

d. São feitas provisões adequadas para contas incobráveis, abatimento, descontos, etc

Explique: Elas são registradas por imparidade, pois não existe a possibilidade de cobrar a totalidade do seu montante.

e. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa.

Explique: o sistema utilizado contém funcionalidade para o processo do pedido ao pagamento, incluindo gestão de pedidos, contratos, faturamento, gestão do desempenho de vendas e suporte à força de vendas.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Caso seja realizado o desfalque por irregularidades como atraso ou falta de pagamento será cobrado juros e multa devidamente cabíveis.

CAIXA: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que;

a. Os saldos de caixa representam disponível real em mãos:

Explique: Não, os saldos em caixa representam também ativos imobilizados.

b. Os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados.

Explique: Os desembolsos ocorrem para fins de emergências, e são contabilizados pois há despesa gerada.

e. Os pagamentos de fregueses, são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa.

Explique: o sistema utilizado contém funcionalidade para o processo do pedido ao pagamento, incluindo gestão de pedidos, contratos, faturamento, gestão do desempenho de vendas e suporte à força de vendas.

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Caso haja perda devido a irregularidades a diretoria será informada, e será aberto um comitê de estudos para analisar onde foi realizado o desfalque. A empresa

hoje, conta com a normativa do compliance envolvendo deveres e direitos, caso seja necessário, será solicitado uma perícia e averiguação mais a fundo.

TÍTULOS A RECEBER: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Títulos a receber e respectivas garantias são aceitos, modificados e liberados somente se forem devidamente autorizados.

Explique: Os títulos a receber também são um controle bancário.

b. Os títulos a receber respectivas garantias estão em poder da empresa.

Explique: Sim, é realizado um acompanhamento com cada caso. Desde o primeiro contato com o cliente até a entrega do produto é feito um acompanhamento minucioso, visando o bem estar e satisfação do cliente e principalmente a garantia dos títulos a receber.

c. Os saldos de títulos a receber representam valores reais devidos à empresa.

Explique: Os títulos a receber podem ser originados de cartões de crédito, débito, aplicações, duplicatas, etc.

d. São feitas provisões adequadas para títulos incobráveis.

Explique: Sim, a empresa utiliza o PDD que é a provisão para devedores duvidosos. No caso a empresa tem uma reserva de inadimplência..

e. A empresa tem controle dos títulos a receber vendidos ou descontados com cláusula de recompra (ou aval).

Explique: Sim, a empresa tem controle dos títulos a receber.

PAGAMENTOS ANTECIPADOS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os valores ativados são apropriadamente atribuíveis a operações futuras.

Explique: A aquisição de tais ativos são ligados diretamente aos benefícios econômicos futuros da organização.

b. Todos os valores significativos são apropriadamente contabilizados e amortizados numa base razoável.

Explique: Sim, pois por exemplo: uma máquina comprada a 5 anos atrás não tem o mesmo valor que atualmente, por isso deve ser contabilizado e amortizado.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTROS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. As transações com títulos são apropriadamente autorizadas e contabilizadas.

Explique: Todas as transações empresariais são autorizadas pelo diretor.

b. Cada título emitido tem um valor nominal, taxa e data de vencimento especificados. A data deve reembolsar o valor nominal total do título. Os títulos são adequadamente protegidos e salvaguardados.

Explique: Sim, a empresa utiliza o sistema ERP para salvar e guardar os títulos emitidos.

c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável.

Explique: Há uma equipe de qualidade para que caso ocorra algum erro que cause a perda, esse produto é retirado e mandado para o setor de qualidade e produção rever.

IMOBILIZADO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os saldos das contas do imobilizado representam propriedades reais, adquiridas ou construídas.

Explique: O imobilizado pode ser um veículo, imóvel, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, etc.

b. As transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente autorizadas e contabilizadas.

Explique: Sim, todas as transações são autorizadas pelo diretor.

c. As aquisições de imobilizado representam débitos realmente capitalizáveis (lançados na conta).

Explique: São lançados na conta pois são considerados bens empresariais para manter as atividades em funcionamento.

d. As depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens.

Explique: São calculadas de acordo com a vida útil do produto. Quanto maior o tempo de aquisição maior sua depreciação, sendo assim é uma conta que reduz o ativo empresarial.

TÍTULOS A PAGAR E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

a. Os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados.

Explique: Sim, são aprovados e feitos pelo banco onde a empresa possui conta bancária. Toda transação é contabilizada no sistema ERP.

b. Os títulos liquidados são devolvidos à empresa, devidamente endossados e cancelados (ou autenticados).

Explique: Sim, é atrelado ao sistema todo e qualquer título. Quando o mesmo é liquidado ou cancelado o sistema é acionado automaticamente através do número do título ou NF-e.

c. As cláusulas contratuais de empréstimos são obedecidas.

Explique: Sim, quando é realizado um empréstimo há um contrato para ser seguido.

CAPITAL: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável segurança de que:

a. Os dividendos são pagos corretamente aos acionistas.

Explique: Sim, o sistema de controle interno da empresa engloba toda a parte contábil, mensura e contabiliza todos os pagamentos e recebimentos efetuados dentro do período, incluindo os dividendos aos acionistas.

b. A movimentação nas contas de capital é devidamente contabilizada.

Explique: Sim, o sistema ERP é extremamente completo, realizando a contabilização e mensuração completa da parte contábil da empresa.

OPERACÕES: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável segurança de que:

a. Receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios.

Explique: Sim, o sistema ERP consta com uma janela onde é contabilizado todas as competências financeiras, como receitas, custos, despesas, etc. Ela mensura e contabiliza todo o saldo de competência do exercício.

b. Receitas, custos e despesas são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações.

Explique: Sim, todas as informações referentes a receitas, custos e despesas são classificadas de forma correta para a avaliação do resultado das operações através da DRE.

c. As informações fornecidas para decisões de gerência são adequadas e corretamente compiladas.

Explique: Sim, diariamente é realizada uma reunião entre a gerência da empresa para repassarem informações geradas dia-a-dia, problemas a serem resolvidos, resoluções de problemas, melhorias, metas a serem alcançadas, produtividade, entre outros. Semanalmente é realizada uma reunião de KPI, onde são tomadas todas as decisões de gerência com base nas reuniões realizadas dia-a-dia, e as ocorrências do momento. São arquivadas as atas das reuniões e se desenvolvido alguma melhoria é relatado via sistema.

RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES POTENCIAIS

O sistema de controle interno da empresa em geral é um sistema extremamente completo onde permite que a empresa engloba todas as informações em um único local. Porém apesar de ser um sistema extremamente tecnológico e inovador, justamente por acoplar várias informações em um único local ele deixa a desejar quanto a velocidade que as informações são inseridas ao sistema. Nesse sentido, a gestão da empresa acaba sendo afetada diretamente, pois necessita de informações precisas e em tempo real, sem atrasos ou insegurança quanto à integridade do processamento. Quando ocorre um atraso, normalmente os gestores abandonam o sistema e criam ferramentas de controles paralelos, para que possam servir como dados para suas avaliações.

Outro ponto é que ocorre problemas de configuração e estrutura de programação imprecisa que acabam impedindo que ele passe a funcionar sem interrupções e necessidades de ajustes. Esse é um aspecto em que há a necessidade de recorrer com bastante frequência ao pessoal de apoio e de TI para a análise e correção das falhas.

Por isso é necessário que a empresa invista em um sistema ERP de qualidade, e não considere opções intermediárias.

Investimento em um Sistema ERP, em geral, se motiva pela expectativa de melhoria dos negócios e, por tabela, a motivação de todos os profissionais que serão impactados no contexto de um projeto de alto nível. Importante não arriscar em um projeto que exige resultados assertivos, confiáveis, rápidos, garantidos. Em contexto parecido, você precisa das ferramentas mais eficientes. Então, se a busca é por facilidade de integração e de uso, com possibilidade de obtenção de informações seguras e acessíveis tempestivamente para a empresa, aumentando a produtividade e agilidade nas decisões.

2.1.2 CASO REAL DE UM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

1) RELATÓRIO DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO DE 2019

Prodam – Tecnologia da Informação e Comunicação

2) Aos acionistas, administradores e conselheiros da empresa.

3) a) é utilizado a opinião modificada, no caso com ressalvas. A seguir um trecho do artigo utilizado:

i) Opinião com ressalvas,

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE SÃO PAULO – PRODAM – SP – S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE SÃO PAULO – PRODAM – SP – S/A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

b) – Empresa de tecnologia da informação e comunicação da São Paulo – PRODAM.

- São realizadas no ano de 2019 e 2018.

- Demonstração do Fluxo de Caixa ; Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido ; Demonstrações de Resultados.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com a lei nº 6.404/76, e procedimentos e práticas adotadas no Brasil.

As demonstrações de 2019 foram disponibilizadas através da auditoria, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

- 4) Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Os objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

O Código de Ética e Conduta tem por objetivo estabelecer os princípios éticos e normas de conduta que devem orientar as relações internas e externas de todos os Integrantes da empresa, independentemente das suas atribuições e responsabilidades. No CRC de jurisdição do registro principal do profissional, até o dia 31 de janeiro do ano subsequente ao ano-base, por meio digital ou impresso, acompanhado de cópia da documentação comprobatória das atividades.

Os exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

- 5) Item não aplicável.
- 6) Os trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.
- 7) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- 8) a) A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

b) Sócio Responsável: Roberto Araújo de Souza

9) a) Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

b) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas 8 evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

c) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

d) ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA CT CRC 1SP 242826/O-3 Sócio Responsável / EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE SÃO PAULO – PRODAM – SP – S/A.

10) Item não aplicável.

11) Concluíram-se os exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL

A perícia contábil visa à confirmação, prova ou evidenciação contábil da real situação referente a seu objeto. Ela o transfere mediante sua materialização no referido laudo a fim de ordenar a sentença decisória, judicial ou extrajudicial.

A perícia possui dois tipos de objetivos, sendo eles gerais e específicos. O objetivo

geral visa à confirmação, comprovação ou apresentação de fatos verídicos sobre seu objeto. Com relação aos objetivos específicos da perícia contábil, é possível destacá-los conforme segue:

- n Buscar a veracidade das informações.
- n Comprovar, analisar e verificar a condição do objeto.
- n Explicar e excluir dúvidas existentes sobre o objeto.
- n Buscar a base científica da sentença.
- n Elaborar uma opinião ou juízo técnico.
- n Mensurar, verificar e avaliar o objeto.
- n Apresentar, de forma transparente, o que estiver oculto pelas partes envolvidas devido à falta de certeza, desvio, erro, fraude, entre outros.

A perícia contábil busca confirmar os acontecimentos ou questões contábeis relativas à causa, ou seja, ao aspecto patrimonial. Portanto, envolve a análise técnica do perito. Independentemente dos critérios escolhidos, se consideram características essenciais da perícia: Restrição da matéria, ou seja, limitação do assunto em questão. Declaração limitada à questão ou questões planejadas. Nesse caso, planejamento das perguntas que serão indagadas. Exame detalhista e eficiente de campo determinado anteriormente. Isto é, planejamento do exame pericial que alcançará as perspectivas esperadas. Referência minuciosa à matéria periciada, fazendo uma cuidadosa citação ao assunto que está sendo tratado. Total imparcialidade sobre o pronunciamento do perito. Nessa condição, ele deve agir sem beneficiar as partes envolvidas, relatando sua opinião com base em suas experiências e competências.

Na busca da solução de litígios, a fim de reduzir e esclarecer dúvidas com relação a acontecimentos, apresentam-se diferentes tipos de perícia:

- **Perícia judicial:** É realizada sob o domínio de um juiz. Ou seja, é executada mediante a tutela do Poder Judiciário. Busca explicar os fatos ou gerar provas sobre a situação. A perícia contábil judicial corresponde a uma área importante da contabilidade. Para sua realização, deve haver um profissional capacitado que possa explicar questões relativas ao patrimônio das pessoas físicas e jurídicas.
- **Perícia semijudicial:** Corresponde à perícia que é efetuada no âmbito estatal. Ocorre por meio de autoridades policiais, parlamentares ou administrativas que possuem poder jurisdicional. A ela se impõem as normas legais e regimentais, sendo similar à perícia judicial.

- **Perícia extrajudicial:** É a perícia efetuada fora do judiciário, por meio da vontade das partes envolvidas. Pode ter por finalidade apresentar fatos fidedignos ou não relativos ao litígio. Também pode ter como objetivo distinguir interesses das partes envolvidas no litígio, confirmar o erro ou possível fraude, desvios, simulação.
- **Perícia arbitral:** É o tipo de perícia efetuada por um perito. Mesmo não sendo definida juridicamente, possui valor de perícia judicial, porém essência extrajudicial. Isso ocorre porque as partes envolvidas no conflito indicam as normas que serão executadas na arbitragem.

O laudo pericial corresponde ao julgamento ou pronunciamento. Ele é fundamentado nos conhecimentos que o profissional de contabilidade possui diante os fatos que estão sujeitos à sua apreciação.

A mediação e a conciliação são dois diferentes instrumentos que as partes podem utilizar. A mediação é um processo formal. Ela depende do auxílio de um terceiro para ocorrer. Sua atuação deverá contar com absoluta independência. Já a conciliação é um processo um pouco diferente, mais leve e que pode ser conhecido como mediador. Esse processo, composto de seis diferentes etapas, visa a agilizar a solução para a lide, trazendo mais rapidez e objetividade para questões legais. A arbitragem, outra forma de solução de problemas legais, inclui também órgãos da administração direta e indireta. O perito contábil tem aqui novamente um papel decisivo. Cabe a ele calcular os valores envolvidos nos processos, as despesas relativas a eles ou os valores julgados como pagáveis ao final de todas as análises. Isso tanto na mediação quanto na conciliação ou na arbitragem.

2.2.1 PERITO CONTÁBIL E A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL

Com base no Código de Processo Civil (art.144, 156, 467) e a N NBC TP 01 (R1), de 2020 do CFC:

a) Qual a diferença entre Perito Contábil e Assistente Técnico?

O Perito Contábil e o Assistente Técnico são profissionais com funções diferentes no âmbito de um processo judicial que envolve questões contábeis.

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), o Perito Contábil é o profissional nomeado pelo juiz para realizar uma perícia contábil no processo, com o objetivo de esclarecer dúvidas e subsidiar a decisão judicial. O perito contábil é responsável por elaborar o laudo pericial, que deve ser fundamentado e apresentar conclusões claras e precisas, de acordo com o art. 156 do CPC.

Por outro lado, o Assistente Técnico é um profissional escolhido pelas partes envolvidas no processo, com o objetivo de auxiliar na compreensão dos aspectos técnicos da perícia contábil. O assistente técnico não tem a função de elaborar um laudo pericial, mas sim de analisar o laudo produzido pelo perito contábil e apresentar parecer técnico sobre o assunto.

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Perícia Contábil (NBC TP 01/2020) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) define o Perito Contábil como o profissional habilitado a realizar a perícia contábil e elaborar o laudo pericial, enquanto o Assistente Técnico é definido como o profissional indicado pelas partes para acompanhar a perícia contábil e apresentar parecer técnico.

Portanto, a diferença entre o Perito Contábil e o Assistente Técnico está na sua função no processo. O Perito Contábil é nomeado pelo juiz para realizar a perícia contábil e elaborar o laudo pericial, enquanto o Assistente Técnico é escolhido pelas partes para acompanhar a perícia contábil e apresentar parecer técnico sobre o assunto.

b) Quando o Perito é acusado profissionalmente, por suspeição e impedimento.

O perito contábil pode ser acusado profissionalmente de suspeição ou impedimento em algumas situações previstas pelo Código de Processo Civil (CPC) e pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Perícia Contábil (NBC TP 01/2020) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A suspeição ocorre quando o perito contábil é considerado suspeito de realizar a perícia por possuir algum vínculo com as partes ou por ter interesse direto no resultado do processo. Já o impedimento ocorre quando o perito contábil não possui a imparcialidade

necessária para realizar a perícia, por exemplo, quando possui conflitos de interesse ou já atuou como advogado ou testemunha no processo.

De acordo com o artigo 147 do CPC, o perito contábil pode ser suspeito ou impedido se for cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de alguma das partes ou de seus advogados, se tiver interesse direto ou indireto no objeto da perícia ou se já tiver prestado depoimento como testemunha no processo.

Além disso, a NBC TP 01/2020 do CFC estabelece outras situações que podem configurar suspeição ou impedimento do perito contábil, como conflitos de interesse com as partes envolvidas no processo, falta de imparcialidade, falta de conhecimento técnico adequado, entre outros.

Caso ocorra alguma situação de suspeição ou impedimento, as partes envolvidas no processo podem apresentar uma manifestação ao juiz, que irá avaliar o caso e decidir se é necessário substituir o perito contábil. O perito também pode, de forma voluntária, apresentar um pedido de escusa caso entenda que está impedido ou suspeito de realizar a perícia contábil

c) A realização da Perícia Contábil é feita através dos procedimentos periciais dos quais são base para suportar o Laudo Pericial. Comente quais são estes procedimentos?

A realização da Perícia Contábil é feita através dos procedimentos periciais dos quais são base para suportar o Laudo Pericial. Comente quais são esses procedimentos

Os procedimentos periciais são os métodos utilizados pelo Perito Contábil para coletar e analisar as informações necessárias para a elaboração do Laudo Pericial, que é o documento que apresenta as conclusões da perícia contábil. A seguir, comento sobre alguns dos principais procedimentos periciais utilizados na realização da perícia contábil:

Levantamento de dados: Nesse procedimento, o Perito Contábil realiza a coleta de todas as informações e documentos relacionados ao objeto da perícia contábil, incluindo dados contábeis, financeiros e patrimoniais. É importante que o perito tenha acesso a todas as informações relevantes para que possa elaborar um laudo pericial completo e fundamentado.

Análise documental: Após o levantamento de dados, o perito contábil realiza a análise dos documentos e informações coletadas, buscando identificar as possíveis irregularidades, inconsistências ou fraudes.

Inspeção ocular: Em alguns casos, é necessário que o perito contábil realize uma inspeção ocular no local onde ocorreu o evento que está sendo periciado, como em casos de acidentes ou sinistros.

Entrevistas e depoimentos: O perito contábil pode realizar entrevistas com pessoas envolvidas no caso, como testemunhas, responsáveis pela administração da empresa ou envolvidos no evento que está sendo periciado. Também é possível que o perito solicite a realização de depoimentos formais para as partes envolvidas no processo.

Cálculos: Em alguns casos, o perito contábil pode realizar cálculos para apurar as perdas ou danos decorrentes do evento que está sendo periciado. Para isso, é necessário que o perito utilize métodos e técnicas adequadas para realizar os cálculos de forma precisa.

Esses são apenas alguns dos procedimentos periciais utilizados na realização da perícia contábil, sendo que a escolha dos procedimentos utilizados pode variar de acordo com as características do caso em questão. O importante é que o perito contábil utilize métodos e técnicas adequadas para realizar a coleta e análise das informações e apresente as conclusões de forma clara e fundamentada no Laudo Pericial.

2.2.2 ESTRUTURA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

O laudo pericial contábil corresponde à peça técnica de autoria do perito nomeado. Pode ser desenvolvido para atender à determinação judicial, arbitral ou mediante contratação. Na primeira situação, aparece o laudo pericial judicial. Já nas demais, surge o laudo pericial contábil extrajudicial. O primeiro é obtido mediante requisição do Tribunal Arbitral. O outro em virtude da contratação. O laudo pericial contábil se refere a um documento escrito. Nele, o perito deve registrar, de modo abrangente, a matéria da perícia. Também deve especificar os elementos e as particularidades que englobam a demanda e o litígio. O laudo deve ser desenvolvido de modo contínuo e lógico. Assim,

o trabalho do perito é reconhecido por meio do padrão da estrutura desse documento.

Pode-se considerar o laudo pericial contábil a partir de duas perspectivas:

- É a materialização do serviço pericial exercido pelo perito;
- Representa a própria prova pericial.

Após concluídas as operações de investigação e coleta de informações referentes aos documentos precisos, é necessário elaborar o laudo pericial contábil. O laudo é desenvolvido de forma individual pelo perito. Os assistentes técnicos concederão o parecer relativo ao trabalho pericial realizado. O laudo deve embasar a documentação de perícia. Nesta, estão documentados os acontecimentos ocorridos, as operações efetuadas e as conclusões adequadas com a base que levou o perito a tais respostas.

É sugerido, na ocorrência de existir mais de um quesito, que a continuidade deles seja analisada no desenvolvimento do laudo pericial. Nesse sentido, é primordial que todos os quesitos sejam respondidos. Ou seja, todas as questões levantadas pelo juiz ou pelas partes envolvidas devem ser explicadas pelo perito.

De acordo com o artigo 473 da Lei nº 13.105/15 (BRASIL, 2015), o seguinte conteúdo deve constar no laudo pericial:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

- I. A exposição do objeto da perícia;
- II. A análise técnica ou científica realizada pelo perito; Laudo pericial: noções gerais 95;
- III. A indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;
- IV. Resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

O perito não deve apresentar no laudo pericial os quesitos com respostas sem explicações.

Quanto à estrutura do laudo pericial, é indicado que sejam apresentadas as informações na seguinte ordem: n Prólogo de encaminhamento; Laudo pericial: noções gerais n Considerações preliminares referentes ao objeto da perícia e dos serviços efetuados, apresentando os seguintes elementos: aspectos gerais do auto e diligências realizadas; Definição e detalhamento da matéria de perícia; Informação referente à precisão ou não de diligências dos serviços de campo; n Considerações finais que apresentam a conclusão do perito diante do trabalho executado relativo à matéria periciada; n Resposta aos quesitos, iniciando pelos que foram apontados pelo magistrado, se esse existir, seguindo com os do autor e finalizando com os do réu. n Finalização, em que são indicadas as obrigatoriedades do perito, a quantidade de páginas, de anexos e de documentos que estão vinculados ao laudo e que foram unidos a ele. n Se houver, anexos, documentos e demais peças pertinentes que estiverem ligadas ao laudo e apresentadas nele.

Tabela 1. A estrutura dos laudos periciais.

O prólogo de encaminhamento se refere à identificação e à solicitação de anexação aos autos.

Por esse motivo, é enviado ao juiz. Nele se deve identificar a vara, a comarca, o número do processo, a nomeação de autores e réus do processo, a essência da ação, assim como o perito, em situações judiciais.

Se o laudo se referir à perícia administrativa ou ainda pertencer a outro gênero, será direcionado a quem o solicitou. Além disso, o motivo será identificado.

Na situação judicial, os quesitos são distribuídos em grupos de quesitos dos autores e dos réus.

Na situação administrativa, os quesitos são reconhecidos conforme a área de interesse que foi matéria de questionamento.

As respostas devem estar vinculadas aos quesitos.

Quanto aos anexos, eles auxiliam a reforçar uma opinião.

Os pareceres de outros especialistas podem ser solicitados para fins de reforço de opinião do perito ou ainda ser um adicional ao laudo.

Fonte: Adaptada de Sá (2009, p. 44).

2.2.3 MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM CONTÁBIL

Mediação e conciliação:

A mediação é um processo formal. Nele, partes conflitantes recebem auxílio de um terceiro, que deverá obrigatoriamente ser imparcial em relação a elas. Esse terceiro pode ser substituído por um painel de pessoas também sem interesses diretos na causa da lide.

A pessoa ou o painel de pessoas, também denominado como mediador, não sugere nem impõe uma solução. Também não interfere nos termos de um eventual acordo entre as partes. Todo o trabalho de mediação é regido pelas Leis nº 13.105 e nº 13.140, ambas de 2015. O papel do mediador é fazer com que as partes divergentes possam chegar a um acordo julgado como bom para ambas. A conciliação, por sua vez, é um processo mais

breve. É oriundo de ajustes de interesses entre as partes discordantes. Além disso, sempre tem o objetivo de dirimir os conflitos a partir da interposição de um acordo. Em tal acordo, as partes divergentes recebem auxílio de um terceiro. Este também é imparcial. Se necessário, um painel de pessoas sem qualquer interesse na causa pode substituí-lo. O terceiro é denominado conciliador. Ele utiliza técnicas específicas para auxiliar todas as partes a chegarem a uma solução para o caso, denominada acordo. Diferente do mediador, o conciliador apenas sugere uma solução para a lide. Ele não impõe qualquer possibilidade às partes, ficando tal prerrogativa ao árbitro ou a um juiz. Todo o processo de conciliação é normatizado pelo Manual de Mediação do CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2015). O processo de mediação é composto de seis etapas distintas. São elas: 1. Início e ambientação. 2. Reunião de informações. 3. Identificação de questões, interesses e sentimentos. 4. Esclarecimento das controvérsias e dos interesses. 246 Mediação e arbitragem: conceitos 5. Resolução das questões do conflito. 6. Encerramento, que é o registro das resoluções encontradas.

Tanto a mediação quanto a conciliação são regidas por alguns princípios básicos. São a independência, a imparcialidade, a autonomia da vontade, a confidencialidade, a oralidade, a informalidade e a decisão confirmada, todos definidos pela Lei nº 13.140 (BRASIL, 2015 b).

Arbitragem:

A Lei nº 9.307 (BRASIL, 1996), alterada pela Lei nº 13.129/15, estabelece todas as normas relativas à arbitragem. Ela especifica que as pessoas podem se utilizar dessa ferramenta para acabar com problemas de ordem legal ligados a direitos patrimoniais disponíveis. Isso inclui órgãos tanto da administração direta quanto da administração indireta das três esferas governamentais. O processo de arbitragem também possui alguns princípios norteadores explícitos. São a boa-fé das partes, a igualdade das partes, o contraditório e a ampla participação das partes no processo, a celeridade e a imparcialidade do árbitro, além de seu livre convencimento. Para ser um árbitro, é necessário seguir o que estabelece a Lei nº 9.307 (BRASIL, 1996), que é a Lei da Arbitragem, alterada pela Lei 13.129/15. De acordo com ela, se deve ter a confiança das partes envolvidas no processo, e a pessoa deve ser legalmente capaz. Uma das

obrigações de um árbitro é, sempre que for instaurado o devido processo arbitral, a condução e a decisão da controvérsia. As partes e seus representantes legais, os advogados, são obrigados a colaborar, cooperar e fornecer ao árbitro todos os elementos necessários para que o julgamento da lide ocorra da melhor maneira. Um processo arbitral é finalizado com a emissão da sentença. Esta é firmada pelo árbitro ou pelo conjunto de árbitros, se houver.

No Brasil, existe tanto a Lei de Arbitragem quanto a Lei de Mediação. Elas resultam de uma evolução da cultura jurídica brasileira. Assim, dão à população a escolha de buscar a Justiça estatal ou a Justiça privada, sem qualquer prejuízo. Essas leis buscam tornar o direito processual brasileiro mais social. Elas identificam os ajustes necessários decorrentes da nova realidade tecnológica. Além disso, rompem com o mito de que apenas o aparelhamento estatal tem o poder de resolver conflitos jurídicos.

Outro fator benéfico para todas as partes é que elas mesmas são responsáveis por apresentar possíveis soluções para os conflitos em questão. Isso gera uma possibilidade quase nula de insatisfação com os resultados finais alcançados.

A mediação diminui o desgaste emocional, economizando tempo, recursos financeiros, controlando os riscos e mantendo a relação afetiva, negocial ou social que previamente existia entre as partes. Assim, representa uma ótima relação custo-benefício. Se for interesse de ambas as partes que todo o processo seja levado sob sigilo, há o princípio da confidencialidade. Dessa forma, fica completamente resguardado o completo sigilo das informações e das deliberações realizadas pelo mediador ou pelo conciliador. Esse recurso é bastante atraente em determinadas situações. Já para a arbitragem, as vantagens diretas estão ligadas à celeridade e à economia, assim como na mediação e na conciliação. Há ainda vantagens relacionadas à especialidade, à confidencialidade, à autonomia da vontade, à segurança jurídica processual e à irrecorribilidade, ou seja, à incapacidade das partes de recorrerem de uma decisão tomada por um árbitro. Isso deixa o processo mais rápido, diminuindo para zero as possibilidades de recursos ou postergações processuais tão comuns no Poder Judiciário.

2.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: GERENCIANDO CONFLITOS

O gerenciamento de conflitos pode ser aplicado em diversas situações na sociedade, desde conflitos interpessoais até conflitos em níveis mais amplos, como conflitos entre países. Algumas maneiras pelas quais a sociedade pode utilizar o gerenciamento de conflitos são:

- Educação em resolução de conflitos: A educação em resolução de conflitos pode ser incorporada desde a infância até a idade adulta para fornecer às pessoas as habilidades e ferramentas necessárias para gerenciar conflitos de forma construtiva e pacífica.
- Mediação: A mediação é uma técnica de resolução de conflitos em que uma terceira parte imparcial ajuda as partes envolvidas a chegar a um acordo mutuamente benéfico. A mediação pode ser utilizada em vários níveis, desde conflitos familiares até conflitos em empresas e organizações.
- Negociação: A negociação é uma técnica que permite que as partes envolvidas em um conflito trabalhem juntas para encontrar uma solução que beneficie ambas as partes. A negociação pode ser aplicada em conflitos de todos os tipos, desde disputas salariais até conflitos territoriais.
- Diálogo aberto e honesto: O diálogo aberto e honesto é uma técnica de resolução de conflitos que envolve as partes envolvidas discutindo o problema e trabalhando juntas para encontrar uma solução. Isso pode incluir a prática de ouvir ativamente e considerar os pontos de vista de outras pessoas.
- Respeito mútuo: O respeito mútuo é uma parte importante do gerenciamento de conflitos, pois pode ajudar a reduzir a tensão e o rancor entre as partes envolvidas. Ao tratar os outros com respeito, é mais provável que se chegue a uma solução pacífica para o conflito.
- Apoio da comunidade: A comunidade pode desempenhar um papel importante no gerenciamento de conflitos, apoiando as partes envolvidas e incentivando a busca de

soluções pacíficas. Isso pode incluir a organização de fóruns públicos para discutir o conflito, bem como a criação de grupos de apoio para ajudar as pessoas a lidar com as emoções envolvidas no conflito.

Em geral, o gerenciamento de conflitos é uma habilidade importante que pode ajudar a resolver problemas de forma pacífica e construtiva na sociedade. Com a ajuda de técnicas de resolução de conflitos e o apoio da comunidade, é possível chegar a soluções pacíficas que beneficiem todas as partes envolvidas.

2.3.1 GERENCIANDO CONFLITOS

- **Tópico 1:** O que é um conflito?

O conflito acontece quando duas ou mais pessoas não estão de acordo com algo. Ele pode ter origens diversas. Diferenças podem ser de valores, interesses, percepção de mundo e, sobretudo, o estilo de comunicação. Elas podem contribuir para o início de um conflito.

O conflito é um sinal de necessidade de mudança e uma oportunidade de crescimento e novo entendimento sobre a comunicação. Eles podem ser uma fonte de aprendizado e amadurecimento pessoal e profissional, ou seja, se você tem uma atitude positiva, vê uma oportunidade enquanto todos enxergam um problema.

Exemplo: No trabalho: Imagine que você tem um colega de trabalho que não está colaborando com você em um projeto. Em vez de confrontá-lo diretamente, tente uma abordagem mais colaborativa e pergunte como vocês podem trabalhar juntos para alcançar as metas do projeto.

- **Tópico 2:** Conversas difíceis:

A capacidade de lidar com conversas difíceis é um pré-requisito para a quebra de paradigmas na negociação. É possível gerenciar conversas difíceis de forma eficaz para alcançar uma mudança significativa.

As conversas que se tornam difíceis estão fundadas em três pilares: O que aconteceu? De quem é a culpa?; Porque ele age assim?

A tendência da maioria das pessoas é ouvir e comparar as respostas conforme a experiência de vida, fazendo um julgamento, aconselhando e interpretando os fatos.

Fugir dos diálogos difíceis tem um alto custo emocional. A outra opção é encarar, buscar o autoconhecimento, ouvir e compreender o outro e usar o diálogo na construção de soluções para os conflitos decorrentes de conversas difíceis.

Algumas atitudes que podem ajudar em diálogos difíceis: Ouvir com empatia; Fazer diagnóstico antes de falar; compreender e ter percepção.

Exemplo: Com amigos: Se um amigo está chateado com você, tente falar com ele para entender suas preocupações e mostrar que você se importa. Às vezes, apenas ouvir e oferecer apoio pode ajudar a resolver um conflito.

- **Tópico 3:** Comunicação não violenta:

Os princípios da Comunicação Não Violenta (CNV) são fundados na empatia, na distinção entre juízo de valor, sentimentos e opiniões, necessidades e em pedidos e exigências. Por isso, ouvir é um dos principais elementos da comunicação e principalmente da solução de conflito.

Existem três pilares para uma comunicação não violenta: A observação, os sentimentos, e por último as necessidades;

Exemplo: Em casa: Se você tem um conflito com um membro da família, tente conversar sobre o assunto de forma calma e respeitosa. Ouça suas preocupações e tente encontrar um compromisso que funcione para todos.

- **Tópico 4:** Regras universais

Se você busca fazer a diferença na forma de resolver conflitos ou nos relacionamentos, tenha em mente que o exemplo tem mais poder do que as palavras. Uma característica essencial na vida pessoal e profissional é praticar a reciprocidade sem ferir seus valores, princípios e coerência. A coerência está ligada ao caráter. Na resolução do conflito o caráter se traduz pela sua reputação, seu histórico de vida. A coerência trará a credibilidade para ser ouvido, sendo uma característica pessoal que pode estimular os

outros a serem coerentes também.

Quando uma pessoa é coerente, a sua mensagem chega antes de dizer algo. As pessoas estão confortáveis em debater ideias, em negociar, em buscar a melhor solução para o conflito sabendo que existe uma conexão entre seus atos e suas palavras, ou seja, ela se torna confiável.

Exemplo: Na comunidade: Se houver um conflito em sua comunidade, tente envolver outras pessoas para ajudar a resolver o problema. Procure líderes comunitários, organizações locais ou até mesmo a polícia, se necessário, para obter ajuda na resolução do conflito.

2.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Gerenciar conflitos é uma habilidade importante para lidar com situações de tensão e resolver problemas em grupo ou em relacionamentos interpessoais. Aqui estão algumas dicas que podem ajudá-lo a gerenciar conflitos de forma eficaz:

- 1) Identifique a raiz do conflito: Tente entender as razões por trás do conflito. Compreender as necessidades e preocupações de todas as partes envolvidas pode ajudá-lo a encontrar uma solução que seja satisfatória para todos.
- 2) Mantenha a calma: Mantenha a calma e evite reagir de forma emocional. Escute atentamente o que as pessoas têm a dizer e mantenha o foco na resolução do problema.
- 3) Seja respeitoso: Trate todas as partes envolvidas com respeito e considere suas perspectivas. Isso ajudará a criar um ambiente de confiança e a promover a cooperação.
- 4) Encontre uma solução: Tente encontrar uma solução que seja satisfatória para todas as partes envolvidas. Explore diferentes opções e trabalhe em conjunto para encontrar a melhor solução.
- 5) Aprenda com o conflito: Use o conflito como uma oportunidade para aprender e melhorar suas habilidades de gerenciamento de conflitos. Reflita sobre o que deu certo e o que não deu certo e use essa experiência para lidar melhor com futuros conflitos.

- 6) Peça ajuda se necessário: Se você estiver lutando para gerenciar um conflito, considere pedir ajuda a um terceiro imparcial, como um mediador ou conselheiro.

Lembre-se, o gerenciamento de conflitos é uma habilidade que pode ser aprendida e aperfeiçoada com a prática e a experiência.

E quando uma pessoa se encontra diante de um conflito, é importante ter em mente algumas dicas para lidar com a situação de forma eficaz. Aqui estão algumas sugestões:

- 1) Mantenha a calma: É fácil ficar emocionalmente envolvido em um conflito, mas isso pode dificultar a resolução do problema. Tente manter a calma e manter uma perspectiva objetiva.
- 2) Ouça atentamente: É importante ouvir o outro lado do conflito. Tente entender a perspectiva da outra pessoa e ouça com atenção. Isso pode ajudar a encontrar um terreno comum para resolver o conflito.
- 3) Seja respeitoso: Independentemente da situação, é importante ser respeitoso com a outra pessoa. Não faça acusações, evite insultos e mantenha o foco na resolução do conflito.
- 4) Encontre soluções: Em vez de se concentrar no problema, tente encontrar soluções. Pergunte ao outro lado o que pode ser feito para resolver o problema e sugira opções que possam ser viáveis para ambas as partes.
- 5) Comprometa-se: Quando se trata de resolver conflitos, é importante estar disposto a se comprometer. Nenhum lado pode obter tudo o que deseja, então esteja disposto a encontrar um meio-termo.
- 6) Peça ajuda: Se o conflito estiver além da sua capacidade de resolução, não hesite em procurar ajuda de um terceiro imparcial. Isso pode ajudar a mediar a situação e encontrar uma solução para o conflito.

Os conflitos na contabilidade podem surgir por diversas razões, como diferenças de interpretação das normas contábeis, divergências na avaliação de ativos e passivos, discordâncias sobre a metodologia de cálculo de resultados, entre outras. Lidar com

conflitos na contabilidade pode ser desafiador, mas existem algumas práticas que podem ajudar a resolver ou prevenir esses conflitos:

- 1) Comunicação clara: A comunicação clara e objetiva é fundamental para evitar mal-entendidos e divergências na contabilidade. É importante que todas as partes envolvidas no conflito se comuniquem de forma clara e transparente, explicando seus pontos de vista e ouvindo as opiniões dos demais envolvidos.
- 2) Análise das normas contábeis: Em muitos casos, os conflitos na contabilidade podem ser resolvidos com base na análise das normas contábeis aplicáveis. É importante que os envolvidos no conflito tenham um bom conhecimento das normas contábeis e saibam interpretá-las corretamente.
- 3) Busca de consenso: Na medida do possível, é recomendável buscar um consenso entre as partes envolvidas no conflito. Isso pode ser alcançado por meio de negociações, discussões e concessões mútuas.
- 4) Busca de ajuda externa: Se as partes envolvidas no conflito não conseguem resolver a questão sozinhas, pode ser necessário buscar ajuda externa. Isso pode incluir a contratação de um especialista em contabilidade ou a consulta a órgãos reguladores, como o Conselho Federal de Contabilidade.
- 5) Documentação adequada: Para evitar futuros conflitos na contabilidade, é importante que todas as transações sejam devidamente documentadas e registradas. Isso inclui a documentação de todos os lançamentos contábeis, a manutenção de registros atualizados de ativos e passivos, e a documentação de todas as decisões tomadas em relação a questões contábeis.

Sendo assim, a chave para lidar com conflitos na contabilidade é a comunicação clara e objetiva, a busca de consenso, a análise das normas contábeis, a documentação adequada e, se necessário, a busca de ajuda externa.

Após realizar os estudos para a confecção do presente trabalho a equipe gravou um pequeno vídeo abordando o tema Gerenciamento de Conflitos, explicando e dando sugestões de Gerenciar Conflitos, e de como lidar em uma situação de conflito , através do link inserido em anexo.

3. CONCLUSÃO

O trabalho realizado pela nossa equipe foi de extrema importância e relevância profissional. A área de perícia contábil está em alta nas áreas de contabilidade, mas poucas pessoas buscam esse conhecimento.

Podemos observar a importância dessa área dentro da organização empresarial, onde o controle e as fichas documentais se tornam informações muito mais a fundo do que realmente é. São observações que poucas pessoas fazem por achar irrelevante mas que fazem toda diferença principalmente na tomada de decisão dos gestores e diretores.

Realizamos uma pesquisa a fundo na empresa Elfusa localizada em São João da Boa Vista, onde os registros são específicos de todas as áreas, concluímos que o papel do perito é indispensável.

REFERÊNCIAS

*Perícia contábil I / Aline Alves ... [et al.] ; [revisão técnica: Lilian Martins]. – Porto Alegre : SAGAH, 2017. 330 p. il. ; 22,5 cm. ISBN 978-85-9502-150-1 1. Contabilidade - Perícia. I. Alves, Aline. **Objetivos e tipos.***

[Plataforma A :: Plataforma A \(grupoa.education\)](#)

*Perícia contábil I / Aline Alves ... [et al.] ; [revisão técnica: Lilian Martins]. – Porto Alegre : SAGAH, 2017. 330 p. il. ; 22,5 cm. ISBN 978-85-9502-150-1 1. Contabilidade - Perícia. I. Alves, Aline. **Laudo pericial: Noções gerais.***

[Plataforma A :: Plataforma A \(grupoa.education\)](#)

*Perícia contábil I / Aline Alves ... [et al.] ; [revisão técnica: Lilian Martins]. – Porto Alegre : SAGAH, 2017. 330 p. il. ; 22,5 cm. ISBN 978-85-9502-150-1 1. Contabilidade - Perícia. I. Alves, Aline. **Mediação, conciliação e arbitragem: Conceitos.***

[Plataforma A :: Plataforma A \(grupoa.education\)](#)

Material Interativo e Apostila - Gerenciamento de conflitos.

[Plataforma A :: Plataforma A \(grupoa.education\)](#)

ANEXOS

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/auditorias/parecer_auditoria_2019.pdf

<https://setting.com.br/blog/lideranca/o-que-e-gestao-conflitos/>

https://www.metadados.com.br/blog/9-dicas-para-lidar-com-gestao-de-conflitos-no-ambiente-de-trabalho?utm_term=&utm_campaign=Artigos+de+GP&utm_source=google&utm_medium=cpc&hsa_acc=2202847816&hsa_cam=17672325350&hsa_grp=140395659798&hsa_ad=613658149180&hsa_src=g&hsa_tgt=dsa-1703604309038&hsa_kw=&hsa_mt=&hsa_ver=3&hsa_net=adwords&gclid=Cj0KCOjwIPWgBhDHARIsAH2xdNei_e6rilTy5mmsTyDGxDljCzJs_q2OOl-apVmPbyHk_AFVKnasmqYaArroEALw_wcB

<https://youtu.be/7WidV6AdUzo>

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante A)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: De auditoria e Perícia Contábil
CURSO: Ciências Contábeis
MÓDULO: Auditoria e Perícia Contábil
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: Gislene Lemes Diniz
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 30/02 à 30/03

2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: o trabalho propôs um estudo sobre uma empresa real com fatos reais na área de auditoria e perícia contábil. Após muitas perguntas e seguindo os modelos indicados, nossa equipe conseguiu responder todas da melhor maneira possível.
Desafio: conhecimento sobre a área que nunca foi estudada antes para que assim pudéssemos entender melhor as informações repassadas pela empresa.
Cronograma das Ações: o trabalho foi feito em conjunto, onde todos os tópicos foram elaborados pelos membros da equipe.
Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.
a. Aspectos positivos: conhecimento da área de auditoria e perícia, tivemos um pequeno aprendizado de como funciona na prática.

b. Dificuldades encontradas:dificuldade de encontrar uma empresa real que disponibilize informações.

c. Resultados atingidos: conseguimos atingir todos os números de informações que precisávamos

d. Sugestões / Outras observações:continuar trazendo trabalhos onde conseguimos fazer na prática e não somente em teorias.

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA1012022100130	NOME Gislene Lemes Diniz
RA1012022100109	NOME Melissa Ciuffa Pella
RA1012022100106	NOME Tamiris Santamarina Moretto
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante B)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: De auditoria e Perícia Contábil
CURSO: Ciências Contábeis
MÓDULO: Auditoria e Perícia Contábil
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: Melissa Ciuffa Pella
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 30/02 à 30/03

2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: o trabalho propôs um estudo sobre uma empresa real com fatos reais na área de auditoria e perícia contábil. Após muitas perguntas e seguindo os modelos indicados, nossa equipe conseguiu responder todas da melhor maneira possível.
Desafio: conhecimento sobre a área que nunca foi estudada antes para que assim pudéssemos entender melhor as informações repassadas pela empresa.
Cronograma das Ações: o trabalho foi feito em conjunto, onde todos os tópicos foram elaborados pelos membros da equipe.
Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.
a. Aspectos positivos: conhecimento da área de auditoria e perícia, tivemos um pequeno aprendizado de como funciona na prática.

b. Dificuldades encontradas: dificuldade de encontrar uma empresa real que disponibilize informações.

c. Resultados atingidos: conseguimos atingir todos os números de informações que precisávamos

d. Sugestões / Outras observações: continuar trazendo trabalhos onde conseguimos fazer na prática e não somente em teorias.

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA1012022100130	NOME Gislene Lemes Diniz
RA1012022100109	NOME Melissa Ciuffa Pella
RA1012022100106	NOME Tamiris Santamarina Moretto
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante C)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO: De auditoria e Perícia Contábil
CURSO: Ciências Contábeis
MÓDULO: Auditoria e Perícia Contábil
PROFESSOR RESPONSÁVEL: PROF. PAULO CÉSAR MONTANHEIRO
ESTUDANTE: Tamiris Santamarina Moretto
PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 30/02 à 30/03
2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: o trabalho propôs um estudo sobre uma empresa real com fatos reais na área de auditoria e perícia contábil. Após muitas perguntas e seguindo os modelos indicados, nossa equipe conseguiu responder todas da melhor maneira possível.
Desafio: conhecimento sobre a área que nunca foi estudada antes para que assim pudéssemos entender melhor as informações repassadas pela empresa.
Cronograma das Ações: o trabalho foi feito em conjunto, onde todos os tópicos foram elaborados pelos membros da equipe.
Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.
e. Aspectos positivos: conhecimento da área de auditoria e perícia, tivemos um pequeno aprendizado de como funciona na prática.
f. Dificuldades encontradas: dificuldade de encontrar uma empresa real que disponibilize informações.

g. Resultados atingidos: conseguimos atingir todos os números de informações que precisávamos.

h. Sugestões / Outras observações: dicas de empresas que podemos conseguir melhores informações.

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA1012022100130	NOME Gislene Lemes Diniz
RA1012022100109	NOME Melissa Ciuffa Pella
RA1012022100106	NOME Tamiris Santamarina Moretto
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante D)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO:
CURSO:
MÓDULO:
PROFESSOR RESPONSÁVEL:
ESTUDANTE:
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:
2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe
Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.
Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.
Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.
i. Aspectos positivos
j. Dificuldades encontradas
k. Resultados atingidos

1. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME

RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO (Estudante E)

1. IDENTIDADE DA ATIVIDADE
RELATÓRIO:
CURSO:
MÓDULO:
PROFESSOR RESPONSÁVEL:
ESTUDANTE:
PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

2. DESENVOLVIMENTO
Contextualização: Descreva de forma simples e objetiva, o contexto do projeto como um todo, o que foi proposto e o que foi desenvolvido pela equipe
Desafio: De forma breve, defina junto com a equipe, quais foram os maiores desafios encontrados no decorrer do Projeto.
Cronograma das Ações: Neste Campo, descreva como foi definido o cronograma da equipe, dentro do período de desenvolvimento.
Síntese das Ações: Neste campo, descreva uma síntese das ações que foram desenvolvidas no decorrer do PI, tais como, encontros remotos ou presenciais, ou até mesmo as buscas de informações nas empresas utilizadas na elaboração do PI.
m. Aspectos positivos
n. Dificuldades encontradas
o. Resultados atingidos

p. Sugestões / Outras observações

3. EQUIPE DOS ESTUDANTES NO PROJETO

RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME
RA	NOME